

A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral

Cesar Romero Jacob
Dora Rodrigues Hees
Philippe Waniez
Violette Brustlein

Introdução

Como já vem ocorrendo desde 1994 nas eleições presidenciais brasileiras, o pleito de 2010 protagonizou uma acirrada disputa entre o Partido dos Trabalhadores (PT), com Dilma Rousseff, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com José Serra, que deviam enfrentar importantes e diferentes desafios para que pudessem alcançar a vitória nessas eleições.

Para Dilma, os principais desafios da sua candidatura eram o fato de ser desconhecida da maior parte da população, não ter experiência em disputas eleitorais, pois pela primeira vez ela se candidatava a um cargo eletivo, e nessa medida não ter a necessária desenvoltura em debates políticos com os seus adversários. Além disso, havia a dúvida sobre a capacidade de o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva transferir votos para a sua candidata, apesar do elevado grau de popularidade de que desfrutava e da aprovação do seu governo, que chegava a 80%, em final do mandato.

Já para o ex-governador de São Paulo, José Serra, o seu maior desafio seria se apresentar como um candidato de oposição a um governo com tamanho índice de aprovação popular, apesar de ser conhecido de grande parte do eleitorado e de ter experiência em campanhas políticas, uma vez que já havia sido candidato a presidente da República, em 2002, a prefeito da cidade de São Paulo, em 2004, e a governador do estado de São Paulo, em 2006.

Assim, se para Dilma era fácil encontrar um discurso para a sua campanha, por representar a continuidade de um governo com alto grau de aprovação, para Serra a dificuldade era encontrar um discurso que seduzisse o eleitorado, nesse contexto de alta popularidade do presidente Lula. Desse modo, Serra é um candidato em busca de um discurso que acaba realizando uma campanha na qual ora se apresentava como um candidato crítico ao governo do PT, ora como um candidato que daria continuidade aos programas do governo Lula. Na verdade, durante a campanha, Serra vai dar ênfase na comparação da sua biografia com a de Dilma, procurando ressaltar a sua maior experiência política e administrativa.

Além do PT e do PSDB, o Partido Verde (PV) apresentou como candidata a senadora Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula. Marina, que pertenceu ao PT durante 23 anos, saiu do partido em 2009 para ingressar no PV, por entender que o seu antigo partido não dava a devida atenção à questão ambiental. Disputa pela primeira vez a presidência com uma plataforma com ênfase no desenvolvimento sustentável, propondo-se a governar com o melhor do PT e do PSDB. A candidata afirmava que a disputa eleitoral entre esses partidos era uma luta onde os dois lados estavam se digladiando improdutivamente e ela seria um ponto de convergência entre as duas agremiações. O seu maior desafio seria, então, viabilizar a terceira via nas disputas presidenciais, o que não se mostrou viável em todas as eleições realizadas desde o fim do regime militar.

Cabe mencionar ainda o candidato do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Plínio de Arruda Sampaio, um dos fundadores do PT e dirigente histórico da agremiação. Por discordar dos rumos políticos que o partido tomou durante o primeiro mandato do governo Lula, desligou-se do PT e ingressou, em 2005, no PSOL. Apesar de sua reduzida votação, o candidato ganhou muita visibilidade nos debates eleitorais pela veemência com que criticava as posições políticas dos seus concorrentes.

Neste artigo, vamos investigar a distribuição espacial dos votos, não só de Dilma Rousseff e José Serra, mas também dos outros dois postulantes mais importantes, Marina Silva e Plínio de Arruda Sampaio, procurando avaliar, através do mapeamento dos resultados eleitorais, se houve ou não mudanças na geografia eleitoral brasileira em 2010, em relação ao pleito presidencial de 2006.

Para cada um dos candidatos foram mapeados, no primeiro turno, as suas porcentagens em relação aos votos válidos em 2010; para os candidatos do PT, PSDB e PSOL mapeou-se também o número de pontos ganhos ou perdidos em relação à disputa que esses partidos travaram na eleição presidencial anterior. Já para o segundo turno, foram elaborados os mapas com a porcentagem dos votos de Dilma e Serra, além de mapas com a diferença em pontos percentuais desses candidatos entre o primeiro e o segundo turno¹.

Para os mapas do país como um todo, o nível de observação adotado foi o das microrregiões geográficas, delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Num total de 558, elas se constituem num nível territorial intermediário entre os 26 estados da federação, grandes demais para permitirem uma análise detalhada do território nacional, e os 5565 municípios, difíceis de serem representados graficamente, para o conjunto do país (Fig.01).

As eleições presidenciais de 2010

Para a melhor compreensão das possibilidades eleitorais de cada um dos candidatos em 2010, faz-se necessária, antes de tudo, uma avaliação da distribuição do eleitorado ao longo do território nacional que guarda, naturalmente, estreita relação com a repartição de sua população. Para se evitar erros de interpretação dos mapas em gamas de cores² utilizados neste trabalho para representar a votação dos candidatos, é necessário lembrar a repartição geográfica desigual do eleitorado entre os estados e no interior deles mesmos (Fig.02). Assim, destacam-se no conjunto do território nacional pela importância do seu eleitorado, representado em círculos proporcionais, as duas principais metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, a capital federal, bem como as principais capitais estaduais, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Apesar dessa grande concentração de eleitores nas principais capitais, não se deve desconsiderar a importância do número de eleitores existentes nos pequenos e médios municípios do interior do país, isto é, aqueles com até 100 mil eleitores, que reúnem 56% do eleitorado, ao passo que as grandes cidades congregam 44%. Assim, os candidatos precisam, naturalmente, além de ter um bom desempenho nas cidades maiores, obter boas votações nos pequenos e médios municípios distribuídos pelo interior do país.

Outro aspecto que chama a atenção, quando se estuda as eleições presidenciais brasileiras, é o crescimento do eleitorado, que vem ocorrendo de modo acentuado, desde 1985, quando se deu a redemocratização do país: 82 milhões, em 1989, 95 milhões, em 1994, 106 milhões, em 1998, 115 milhões em 2002, 125 milhões em 2006 e 135 milhões em 2010, o que significa um aumento de cerca de 53 milhões de eleitores, num período de apenas 25 anos.

Abstenção, votos em branco, nulos e válidos

Além da distribuição e do crescimento do eleitorado, outra característica importante que deve ser destacada, na análise das eleições presidenciais, é a taxa de abstenção, pela influência que ela pode ter no resultado eleitoral, ao beneficiar ou prejudicar determinados candidatos. O não comparecimento às urnas, que vinha mostrando uma tendência declinante em seus percentuais nas últimas eleições, ao passar de 21,5%, em 1998, para 17,7%, em 2002, e 16,7%, em 2006, volta a apresentar crescimento em 2010, ao atingir a marca de 18,1%, conforme tabela a seguir.

Tabela 1

Eleições presidenciais no Brasil

Anos	Abstenção %	Votos em branco %	Votos nulos %	Votos válidos %
1989	11.9	1.6	4.8	93.5
1994	17.8	9.2	9.5	81.2
1998	21.5	8.0	10.7	81.3
2002	17.7	3.0	7.4	89.6
2006	16.7	2.7	5.7	91.6
2010	18.1	3.1	5.5	91.3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Da mesma forma que a abstenção, os votos em branco que estavam apresentando redução em seus percentuais nos últimos pleitos, também registraram crescimento. Assim, as porcentagens de votos em branco no país que, em 2006, correspondiam a 2,7% do total de votos, passaram, em 2010, para 3,1%. Já os votos nulos continuam revelando, a cada eleição, redução sistemática em seus percentuais, uma vez que em 1998 representavam 10,7% do total de votos e, em 2010, apenas 5,5%.

Em relação ao percentual de votos válidos, que desde 1998 vinha registrando crescimento, mantém-se praticamente inalterado de 2006 para 2010, ao se situarem em 91,6% e 91,3%, respectivamente. Algumas razões poderiam explicar essa melhoria quanto aos percentuais de votos válidos observada nas últimas eleições: a urna eletrônica, de fácil utilização, mesmo por eleitores com baixo nível de escolaridade; a campanha eleitoral, muito disputada entre os principais candidatos, e o papel da mídia, sobretudo da televisão, que promoveu um amplo debate sobre as eleições presidenciais de 2002, 2006 e 2010. Tais fatores podem ter reforçado a motivação dos eleitores, reproduzindo uma situação semelhante à da eleição presidencial de 1989, quando a porcentagem de votos válidos atingiu o seu mais elevado nível.

A análise das médias nacionais de abstenção, votos em branco, nulos e válidos, apesar da sua indiscutível importância para o entendimento do resultado final de uma eleição, não é capaz de revelar, no entanto, toda a diversidade de comportamento eleitoral que se pode perceber através dos mapas desses mesmos indicadores para o Brasil como um todo, no nível das microrregiões geográficas.

Assim, a distribuição dos percentuais de abstenção pelas microrregiões revela acentuados contrastes ao longo do território nacional, uma vez que elas variam de 8,8% a 39,4% (Fig.03). As mais elevadas taxas se concentram na Região Norte, onde a abstenção é tradicionalmente elevada, em decorrência não só do baixo nível de escolaridade de sua população, mas também dos sérios problemas de comunicação existentes na Região, tornando difícil o acesso dos eleitores aos locais de votação.

Nesta eleição, por exemplo, uma forte seca atingiu a Amazônia, impedindo que os ribeirinhos, que dependiam de deslocamentos em barco para votar, chegassem até às zonas eleitorais.

Já na Região Nordeste, o mapa da abstenção apresenta muitos contrastes entre o interior, com percentuais elevados, e áreas mais próximas do litoral, onde é menor a abstenção. Tais discrepâncias devem-se às diferenças quanto ao nível de escolaridade de seus habitantes, assim como no Norte, e ao grau de urbanização dessas áreas. Além disso, o fato de o Tribunal Superior Eleitoral ter passado a exigir a apresentação de um documento com fotografia, além do título de eleitor, pode ter dificultado a presença de muitos eleitores nos locais de votação.

Outro fator que pode ter contribuído para as elevadas taxas de abstenção no Nordeste é que os principais candidatos fizeram reduzida campanha na Região: Dilma por acreditar, com base nas pesquisas de intenção de voto, que a sua vitória ali já estava garantida e Serra por considerar o Nordeste um território perdido. Assim, não houve, por parte dos dois principais candidatos, uma grande mobilização do eleitorado no Nordeste.

Ao contrário dessas Regiões, é em microrregiões dos estados da Região Sul, sobretudo Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e da Região Sudeste que se concentram os mais baixos índices de abstenção. No Sudeste, no entanto, há acentuadas diferenças quanto à abstenção, chamando a atenção pelos altos índices o norte de Minas Gerais, área conhecida por seus baixos níveis de condições de vida. Numa situação intermediária, situa-se a Região Centro-Oeste, com altas taxas de abstenção em Mato Grosso, o que o aproxima dos níveis da Região Norte, e com percentuais mais baixos no sul de Goiás, o que o situa em padrões semelhantes aos do Sudeste.

Da mesma forma que a abstenção, a distribuição dos percentuais de votos em branco e nulos revela acentuados contrastes ao longo do território nacional (Fig.04). Destacam-se, assim, o Nordeste e parte expressiva do Sudeste, que engloba a maioria das microrregiões dos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, por apresentarem as mais elevadas taxas de votos em branco e nulos, em oposição ao restante do país. Num padrão simétrico e inverso a este, como uma espécie de negativo, tem-se o mapa dos votos válidos (Fig.05).

Num mapa de síntese, onde se reuniu os percentuais de abstenção, votos em branco e nulos, pode-se observar a grande disparidade existente entre a metade-norte e a metade-sul do país (Fig.06). Assim, nas Regiões Norte, Nordeste e parte do Sudeste, o *não voto* em nenhum dos candidatos chega a representar, em algumas microrregiões, até 45% do eleitorado, o que se constitui num dado impressionante. Ao contrário, na Região Sul e em parte do Sudeste e do Centro-Oeste os eleitores compareceram de modo mais efetivo às urnas para votar em um dos candidatos que disputavam a Presidência da República.

Dilma Rousseff

A candidata Dilma Rousseff, com 47% dos votos, apresenta um desempenho semelhante ao de Lula nas duas eleições anteriores, quando ele obteve 46%, em 2002, e 48%, em 2006. No que se refere à distribuição dos votos, ela apresenta seus melhores percentuais na Região Norte e Nordeste, em contraste com votações mais baixas nas Regiões Sul e Centro-Oeste. Já o Sudeste se mostra dividido, pois ela é bem votada em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, em oposição a São Paulo (Fig.07).

Apesar da semelhança em relação à votação de Lula em 2006, observa-se que há diferenças significativas quando se comparam os mapas da distribuição dos votos de um e de outro. Assim, chama atenção o fato de Dilma ter crescido nos estados da Região Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde ela chega a apresentar crescimentos de até 27 pontos percentuais num grande número de microrregiões. Também no Centro-Oeste ela registra avanços significativos, sobretudo em Mato Grosso, onde cresce em quase todo o estado (Fig.08). De fato, Dilma aumenta suas votações em relação a Lula nessas áreas de economia de exportação, de grande expressão do agronegócio, apesar de os produtores rurais se mostrarem insatisfeitos com a valorização do real face ao dólar.

Em contrapartida, Dilma cai, em comparação com o ex-presidente, em estados do Nordeste, como o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e faixa litorânea da Bahia, apesar do impacto positivo na economia da Região do Bolsa Família (Fig.09) e de outros programas sociais, como o Pronaf (programa de apoio à agricultura familiar) e o Luz para Todos (programa de eletrificação rural). Assim, a redução das votações de Dilma poderia ser explicada pelas altas taxas de abstenção nessas áreas que lhe eram favoráveis e da pouca campanha que ela realizou no Nordeste. Já no Sudeste, a queda de sua votação em relação à de Lula no Rio de Janeiro, Espírito Santo e leste de Minas Gerais, se deve, ao que parece, ao bom desempenho da candidata Marina Silva.

José Serra

José Serra, com 33% dos votos em 2010, apresentou um desempenho mais baixo do que o do candidato do seu partido em 2006, Geraldo Alckmin, que obteve 42%, mas superou o seu próprio resultado em 2002, quando alcançou apenas 23% dos votos.

O padrão das votações do candidato *tucano* revela que o seu melhor desempenho se dá nas Regiões Sul e Centro-Oeste, em acentuado contraste com as Regiões Norte e Nordeste. O Sudeste, como já foi observado, se mostra dividido, pois Serra é bem votado em São Paulo, em oposição a Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito

Santo, onde se verificam percentuais mais baixos de votos (Fig.10). O mapa que permite observar a comparação da *performance* de Serra, em 2010, com a de Alckmin, em 2006, mostra que Serra teve menores votações que o seu correligionário na maior parte do território nacional, apresentando apenas crescimentos localizados, como no norte do Rio de Janeiro, Espírito Santo, sul da Bahia, Paraíba e Acre (Fig.11). De fato, Serra chega a apresentar, em relação a Alckmin, reduções de até 31 pontos percentuais e crescimentos de apenas 10 pontos.

Alguns fatores podem ter contribuído para que Serra apresentasse um desempenho tão inferior ao de Alckmin: a dificuldade de o candidato *tucano* encontrar um discurso de oposição a um governo tão popular quanto o do presidente Lula em 2010, ao contrário de Alckmin que, em 2006, tinha a seu favor as denúncias do *mensalão* contra o candidato do PT e as boas votações de Marina Silva, sobretudo em São Paulo, que subtraíram votos de Serra, uma vez que Dilma manteve-se num patamar semelhante ao de Lula nas duas eleições anteriores.

Marina Silva

A candidata Marina Silva, terceira colocada nestas eleições, obteve 19% dos votos, percentual muito superior ao da terceira colocada em 2006, Heloísa Helena, do PSOL, que alcançou apenas 6%. Pode-se pensar que o sucesso de Marina se deveu ao tipo de campanha que realizou, com um discurso bem articulado e cativante, que atraiu, além de ambientalistas, vários tipos de eleitores, como *tucanos* insatisfeitos com os rumos da campanha de Serra, petistas decepcionados com denúncias de corrupção no governo Lula, católicos conservadores e evangélicos pentecostais preocupados com a possibilidade de Dilma ou Serra promoverem a descriminalização do aborto ou permitirem a união civil de homossexuais. Marina, pertencente ao maior grupo evangélico pentecostal do país, a Assembleia de Deus, não usou a religião em sua campanha, mas isto não quer dizer que os membros de sua Igreja não tenham feito campanha para ela.

A distribuição dos votos para Marina revela que ela obtém percentuais elevados em diversas áreas do país, como no Distrito Federal e na maioria das capitais estaduais, mas é sobretudo na Região Sudeste que as suas boas votações se apresentam de forma mais concentrada (Fig.12). Acredita-se que a boa *performance* de Marina nessas áreas deva-se, em grande parte, ao seu discurso ambientalista que tem mais eco junto à classe média escolarizada dos centros urbanos.

Apesar do bom desempenho de Marina, a terceira via nas eleições presidenciais brasileiras, mais uma vez, se mostrou inviável, como aconteceu nas últimas cinco eleições, com Leonel Brizola (1989), Enéas Carneiro (1994), Ciro Gomes (1998), Anthony Garotinho (2002) e Heloísa Helena (2006). Na verdade, cada um desses candidatos que se situaram em terceiro lugar expressam situações políticas pontuais,

não representando uma outra corrente de opinião bem estruturada no território nacional, uma vez que não há nada em comum do ponto de vista eleitoral entre eles.

O fato de um candidato se constituir em uma grande novidade numa eleição não quer dizer que terá fôlego mais adiante, para uma nova disputa, ao contrário dos postulantes do PSDB e do PT, que vêm se enfrentando, de forma acirrada, a cada eleição, desde 1994. Com efeito, a boa votação de Marina não agregou força política ao PV, pois se os 19% de votos que recebeu fossem de ambientalistas convictos, a bancada dos *verdes* teria tido um aumento expressivo, o que não aconteceu.

Plínio de Arruda Sampaio

Plínio de Arruda Sampaio, que se situou em quarto lugar nestas eleições, com 0,9% dos votos, alcançou percentuais muito reduzidos em todo o território nacional, que não chegaram, em nenhuma microrregião do país, a 2% dos votos. Ele conquista mais eleitores nos estados do Centro-Sul e em capitais estaduais do Norte e Nordeste, o que significa dizer que o seu discurso crítico e contundente em relação às posições defendidas pelos candidatos do PT, PSDB e PV teve mais repercussão junto ao eleitorado dos centros urbanos (Fig.13).

A comparação do desempenho de Plínio com o de Heloísa Helena, candidata do seu partido, o PSOL, na eleição de 2006, indica que ele recebeu menos votos do que ela em todas as microrregiões do país, chegando mesmo a registrar diferenças negativas de 21 pontos percentuais (Fig.14), o que se deve, provavelmente, à migração dos eleitores de Heloísa Helena para Marina Silva.

O segundo turno

No segundo turno observa-se um aumento significativo da abstenção, que atingiu a marca de 21,5%, o que pode ser explicado pelo fato de os eleitores dos candidatos eliminados no primeiro turno não se sentirem motivados a votar naqueles que disputavam o segundo. Em contrapartida, verificou-se uma redução dos percentuais dos votos em branco (2,3%) e dos nulos (4,4%) o que levou, naturalmente, ao aumento das porcentagens de votos válidos no segundo turno que chegaram a 93,3% do total de votos.

A análise dos mapas de abstenção, votos em branco, nulos e válidos revela a existência de mudanças de um turno a outro em determinadas regiões do país, que podem ter influenciado o resultado final da eleição presidencial. Assim, a abstenção apresenta percentuais mais elevados no segundo turno que chegam em algumas microrregiões a 54% dos eleitores, numa distribuição, no entanto, muito semelhante à do primeiro turno (Fig.15). Ao se analisar o mapa da diferença dos percentuais do segundo turno em relação ao primeiro, percebe-se que ela cresce em praticamente

todo o território nacional, mas é nas Regiões Norte e Centro-Oeste que os aumentos são mais acentuados (Fig.16). Pode-se pensar que os eleitores de Marina Silva, filiados às Igrejas Pentecostais (Fig.17), mais expressivas nestas regiões, tenham-se absterido de votar no segundo turno, o que pode ter contribuído para o aumento da abstenção em até 18 pontos percentuais, como ocorre, por exemplo, no estado do Tocantins.

Apesar da redução observada nas médias nacionais de votos em branco e nulos, verifica-se uma mudança significativa em relação ao padrão do primeiro turno, uma vez que os altos percentuais não ocorrem mais numa grande área contínua, mas de forma localizada em alguns estados da Federação, como Piauí, Paraíba e Rio de Janeiro, onde chegam a representar até 12% do total de votos (Fig.18). Já o mapa da diferença entre os percentuais de votos em branco e nulos, do segundo turno para o primeiro, mostra reduções em quase todo o território nacional, com exceção de Rondônia, Amapá, Brasília e seu entorno (Fig.19). É, no entanto, no Nordeste que a queda nos percentuais se dá de maneira mais acentuada e de forma mais concentrada.

A redução das porcentagens de votos nulos e brancos no segundo turno vai levar, naturalmente, ao aumento dos votos válidos, cujos percentuais variaram de 88% a 98% no total de votos, ao longo do território nacional (Fig.20). Como já foi observado para o primeiro turno, o mapa dos votos válidos apresenta um padrão inverso ao de votos brancos e nulos, já que as regiões com os mais elevados percentuais de votos válidos são aquelas que acusaram também as mais baixas taxas de votos brancos e nulos. Assim, destacam-se pelos mais elevados índices de votos válidos uma grande extensão territorial que abrange estados da Região Norte, sobretudo Amazonas e Pará, do Centro-Oeste, especialmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e os estados da Região Sul. Ao se analisar, no entanto, o mapa da diferença de votos válidos, do segundo para o primeiro turno, constata-se que é na Região Nordeste e em parte do Sudeste que se dão os maiores aumentos de votos válidos, chegando a atingir, em determinadas áreas, 11 pontos percentuais (Fig.21).

Num padrão muito semelhante ao do primeiro turno, o mapa de síntese que reúne os percentuais de abstenção, votos em branco e nulos mostra que, no segundo turno, o *não voto* em nenhum dos candidatos continua se dando de forma mais acentuada na metade norte do país, chegando a representar, em algumas áreas, até 55% do eleitorado, num acentuado contraste com os estados da Região Sul (Fig.22). Já o mapa da diferença do *não voto*, do segundo para o primeiro turno, revela que este indicador aumenta sobretudo nas Regiões Norte e Centro-Oeste, em função do crescimento da abstenção nessa extensa área do país (Fig.23).

Após analisarmos uma série de mapas, para o conjunto do território nacional, com a distribuição do eleitorado, abstenção, votos em branco, nulos e válidos, fatores que de algum modo afetam o resultado final de uma eleição, vamos examinar o desempenho dos candidatos que foram para o segundo turno da disputa presidencial de 2010.

Dilma Rousseff foi eleita, por ocasião do segundo turno, com 55,7 milhões de votos, correspondentes a 56% do total de válidos, com uma diferença de 12 pontos percentuais em relação a Serra, que recebeu 44%. Assim, Dilma apresentou um crescimento, do primeiro para o segundo turno, de 8,1 milhões de votos, o que significou 9 pontos percentuais a mais.

A distribuição dos seus percentuais de votos no segundo turno se assemelha, naturalmente, à do primeiro, observando-se um aumento em quase todo o território nacional das suas votações, que variaram de 26% a 90% (Fig.24). Com efeito, ao se analisar o mapa da diferença dos percentuais entre o primeiro e o segundo turno, constata-se que Dilma cresceu em 539 das 558 microrregiões brasileiras³, com aumentos mais acentuados, porém, na Região Sudeste, no Distrito Federal e em diversas capitais estaduais do país, onde Marina tinha sido bem votada no primeiro turno (Fig.25).

José Serra, com 43,7 milhões de votos, apresentou um crescimento, do primeiro para o segundo turno, de 10,5 milhões de votos, o que significou 11 pontos percentuais a mais. Da mesma forma que Dilma, a distribuição dos seus percentuais, no segundo turno, se mostra muito parecida com a do primeiro, observando-se na totalidade do território nacional um aumento dos seus percentuais, que variaram de 10% a 74% (Fig.26).

Assim, ao se analisar o mapa com a diferença dos percentuais entre o primeiro e o segundo turno, constata-se que Serra aumentou em todas as microrregiões brasileiras, o que se deu principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e em diversas capitais estaduais do país, o que expressa a adesão de boa parte dos eleitores de Marina ao candidato *tucano* (Fig.27).

Considerando que tanto Dilma quanto Serra tiveram suas votações aumentadas no segundo turno, seria importante examinar, através do mapa da diferença das variações das porcentagens dos dois candidatos, onde cada um deles cresceu mais do que o outro, na tentativa de entender as suas motivações. Chama a atenção, de imediato, o fato de Serra ter crescido num número maior de microrregiões do que Dilma, apresentando, no entanto, aumentos menores do que a candidata vitoriosa, que cresceu em um número menor de lugares, mas com aumentos mais elevados, sobretudo, em Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Maranhão (Fig.28).

Conclusão

A análise do desempenho dos principais candidatos à Presidência da República em 2010 revelou, em linhas gerais, a manutenção dos padrões de votação já observados em 2006. Assim, verificou-se a mesma clivagem no comportamento eleitoral, de orientação norte-sul, baseada no grau de desenvolvimento regional, na qual se

diferenciam as Regiões Norte e Nordeste, mais pobres, das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mais desenvolvidas em termos econômicos.

Deste modo, é nas regiões que apresentam maiores desequilíbrios quanto aos níveis de educação e renda que Dilma alcançou seu melhor desempenho. Este fato se deve, entre outras razões, aos programas sociais do governo Lula, como o Bolsa Família, o Pronaf e o Luz para Todos, cujos beneficiários se encontram, em sua maior parte, no Norte e Nordeste.

Da mesma forma, a geografia eleitoral de Serra guarda semelhanças com a de Geraldo Alckmin, candidato do seu partido em 2006, ao registrar suas melhores votações nas áreas mais desenvolvidas do centro-sul do país que, durante o governo Lula, têm tido a economia regional prejudicada pela valorização do real frente ao dólar.

Assim, se por um lado, os bem sucedidos programas sociais do governo Lula reforçaram a candidata do PT nas regiões mais pobres, o êxito da política de recuperação da moeda brasileira frente às estrangeiras resultou, paradoxalmente, em prejuízo eleitoral para a candidata petista no centro-sul do país.

No entanto, apesar de as razões econômicas, em certa medida, influenciarem o voto, elas não são suficientes para explicar a complexidade que envolve a escolha dos eleitores, uma vez que a vitória nas urnas depende da combinação de uma série de fatores. O jogo político, por exemplo, desempenha um papel fundamental no resultado das eleições.

Assim, o PT mostrou habilidade ao escolher uma candidata nascida em Minas Gerais, mas radicada no Rio Grande do Sul, estado onde ela fez a sua carreira política. Isso contribuiu para que Dilma vencesse, por ampla margem de votos, em Minas Gerais, e recuperasse parte dos votos que o PT havia perdido, em 2006, no Rio Grande do Sul.

Já o PSDB indicou, pela sexta vez consecutiva, um candidato de São Paulo, o que tem gerado insatisfação de líderes políticos de outros estados, como os de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que tradicionalmente disputam com os paulistas o comando do país.

Além dos problemas decorrentes da disputa regional, o candidato do PSDB enfrentou uma outra dificuldade que, de certa forma, já tinha enfrentado em 2002. Naquela época, havia um forte desejo de mudança, após os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, e Serra era o candidato da continuidade. Em 2010, quando há por parte expressiva do eleitorado um desejo de continuidade, o que pode ser comprovado pelo alto grau de aprovação do governo Lula, Serra era o candidato da mudança. Assim, nessas duas ocasiões, o candidato *tucano* saiu derrotado.

Ao contrário de Serra, Dilma conseguiu superar os principais desafios da sua candidatura e se beneficiar da popularidade do presidente Lula, que se baseia, em grande parte, na adoção de políticas sociais como o Bolsa Família, o crédito consignado e o aumento real do salário mínimo, medidas que fortaleceram o

mercado interno, permitiram o aumento do consumo das camadas populares e reduziram a miséria no país. Na verdade, o fortalecimento do mercado interno permitiu ao Brasil enfrentar a crise financeira internacional de 2008/2009 com baixo custo político para o governo. Assim, em 2010, com uma taxa de crescimento da economia da ordem de 8%, o presidente Lula conseguiu, não só, manter alta a sua popularidade, como transferir o seu prestígio político para a sua candidata, Dilma Rousseff.

Cesar Romero Jacob

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Dora Rodrigues Hees

Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Philippe Waniez

Professor da Universidade de Bordeaux, UMR 5185 ADES, França

Violette Brustlein

Cartógrafa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), França

Notas

1. Os mapas apresentados neste artigo foram realizados através de Philcarto, *software* de cartografia de dados estatísticos concebido e programado por Philippe Waniez. Os dados eleitorais tiveram por base os resultados oficiais dos dois turnos da eleição presidencial de 2010, que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tornou disponível, através do seu site na internet.

2. A este propósito, ver: Philippe Waniez *et alii*. *Comunicação Cartográfica: o mapeamento dos resultados eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2002.

3. As microrregiões em que Dilma teve os seus percentuais reduzidos, do primeiro para o segundo turno das eleições de 2010, são as seguintes: Juruá (AM), Japurá (AM), Boca do Acre (AM), Baixo Parnaíba Piauiense (PI), Campo Maior (PI), Alto Parnaíba Piauiense (PI), Penedo (AL), Traipu (AL), Santana do Ipanema (AL), Cotinguiba (SE), Santa Maria da Vitória (BA), Jeremoabo (BA), Ituporanga (SC), Camaquã (RS), Soledade (RS), Sananduva (RS), Frederico Westphalen (RS), Cerro Largo (RS) e Aripuanã (MT).

Referências bibliográficas

JACOB, Cesar Romero *et alii*. *A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006*. Rio de Janeiro/Petrópolis: PUC-Rio/Vozes, 2010.

ROMERO BALLIVIÁN, Salvador (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007.

SIEGFRIED, André. *Tableau politique de la France de l'Ouest*. Paris: Imprimerie Nationale, 1995.

WANIEZ, Philippe *et alii*. Après l'élection de Lula, une nouvelle géographie électorale du Brésil? In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, n°. 46/47, 2002, pp. 157-177.

_____. L'élection présidentielle de 2006 au Brésil: continuité politique, nouvelle géographie électorale. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, n°. 63, 2007, pp.37-50.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar os resultados da eleição presidencial de 2010, procurando investigar eventuais alterações na geografia eleitoral brasileira, em relação aos padrões identificados no pleito de 2006. Para tal, os autores examinaram os resultados da eleição presidencial de 2010, para o Brasil como um todo, por microrregiões geográficas. A análise dos mapas de cada um dos principais candidatos e de variáveis como eleitorado, abstenção, votos em branco, nulos e válidos revelou, por um lado, algumas mudanças na geografia eleitoral do país, e, por outro, a manutenção de certos traços que vêm se mostrando recorrentes no comportamento político dos eleitores brasileiros.

Palavras-chave

Eleição presidencial; Geografia eleitoral; Comportamento político.

Résumé

Les résultats de l'élection présidentielle de 2010 au Brésil font l'objet de cet article. Il s'agit de rechercher d'éventuels changements dans la géographie électorale brésilienne par rapport aux structures identifiées lors du précédent scrutin de 2006. Dans ce but, les auteurs examinent les résultats de 2010 pour l'ensemble du Brésil au niveau des micro-régions géographiques. L'analyse des cartes réalisées pour chacun des principaux candidats ainsi que celles de l'électorat, des votes blancs et nuls, et des suffrages exprimés montre d'une part, quelques changements ténus dans la géographie électorale du pays, et d'autre part, le maintien de certains traits récurrents dans le comportement politique des électeurs brésiliens.

Mots-clés

Election présidentielle; Géographie électorale; Comportement politique.

Fig. 01



Fig. 02

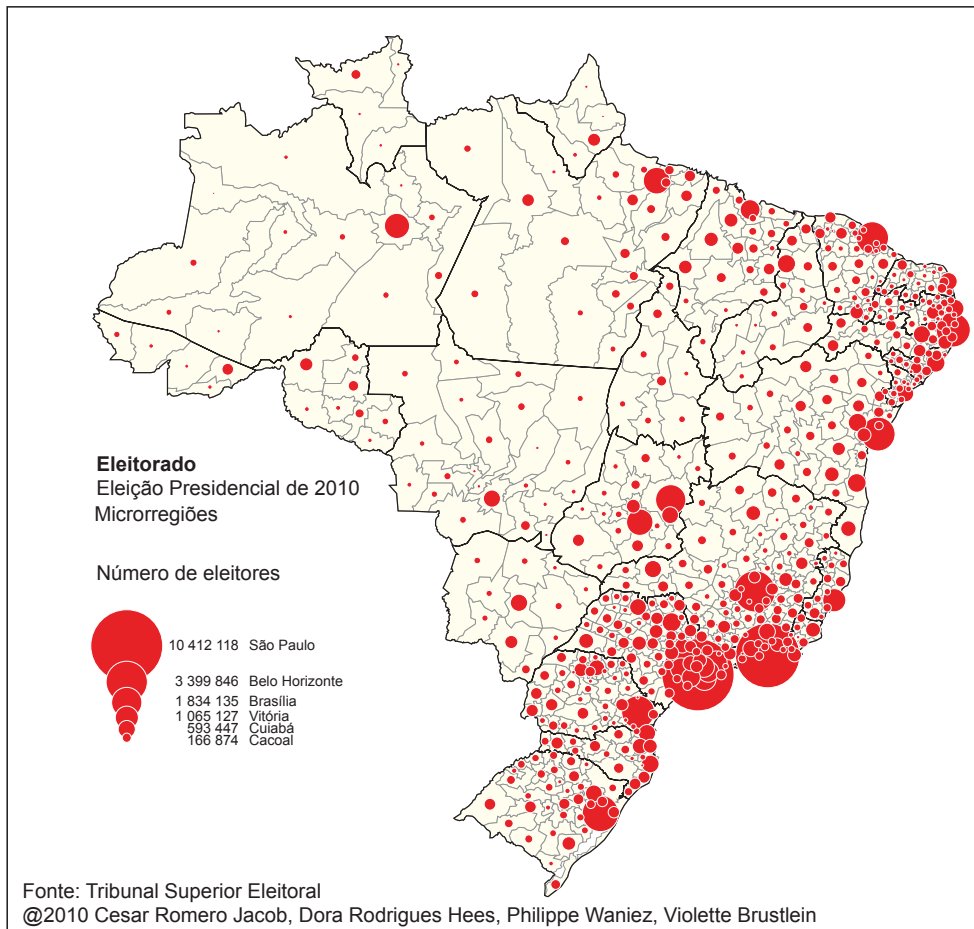


Fig. 03

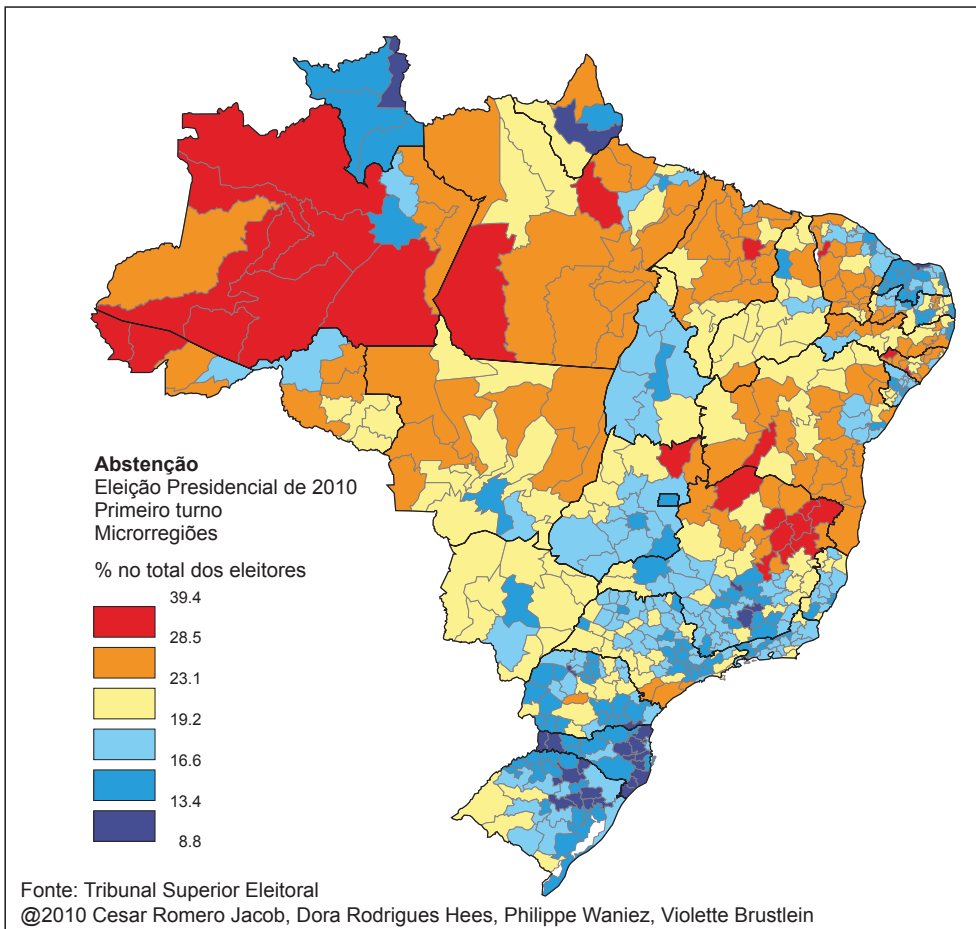


Fig. 04

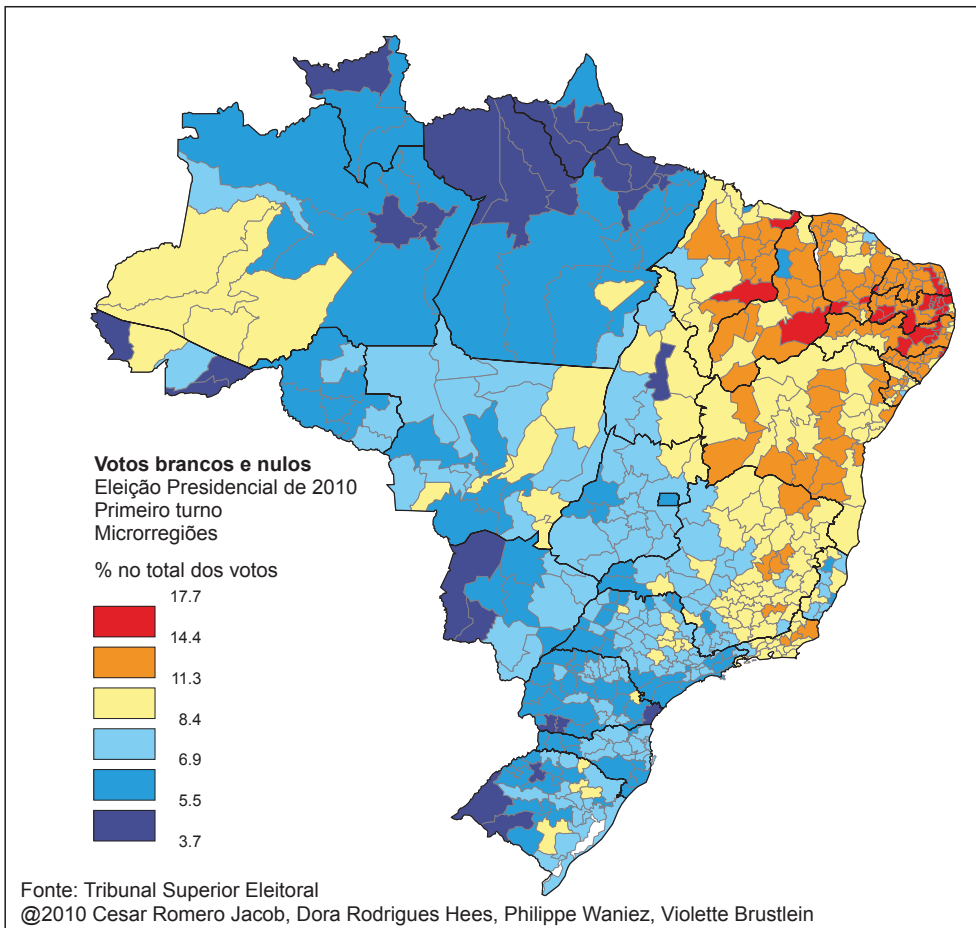


Fig. 05

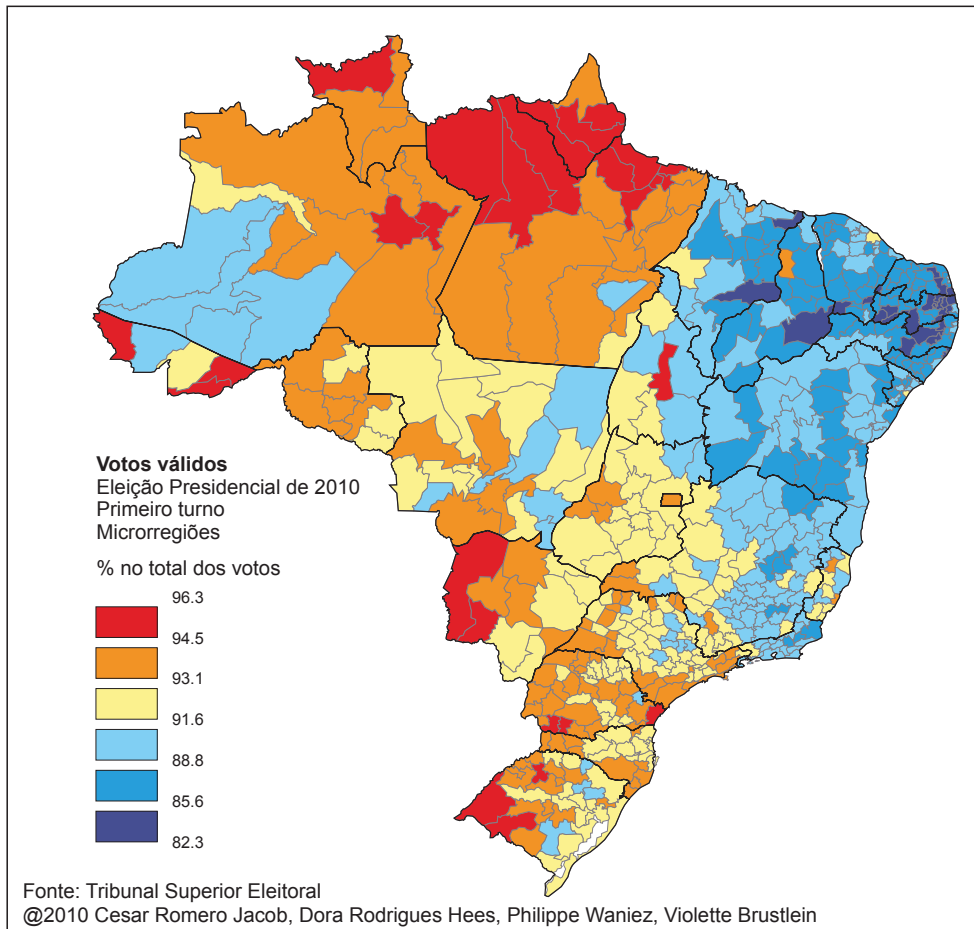


Fig. 06

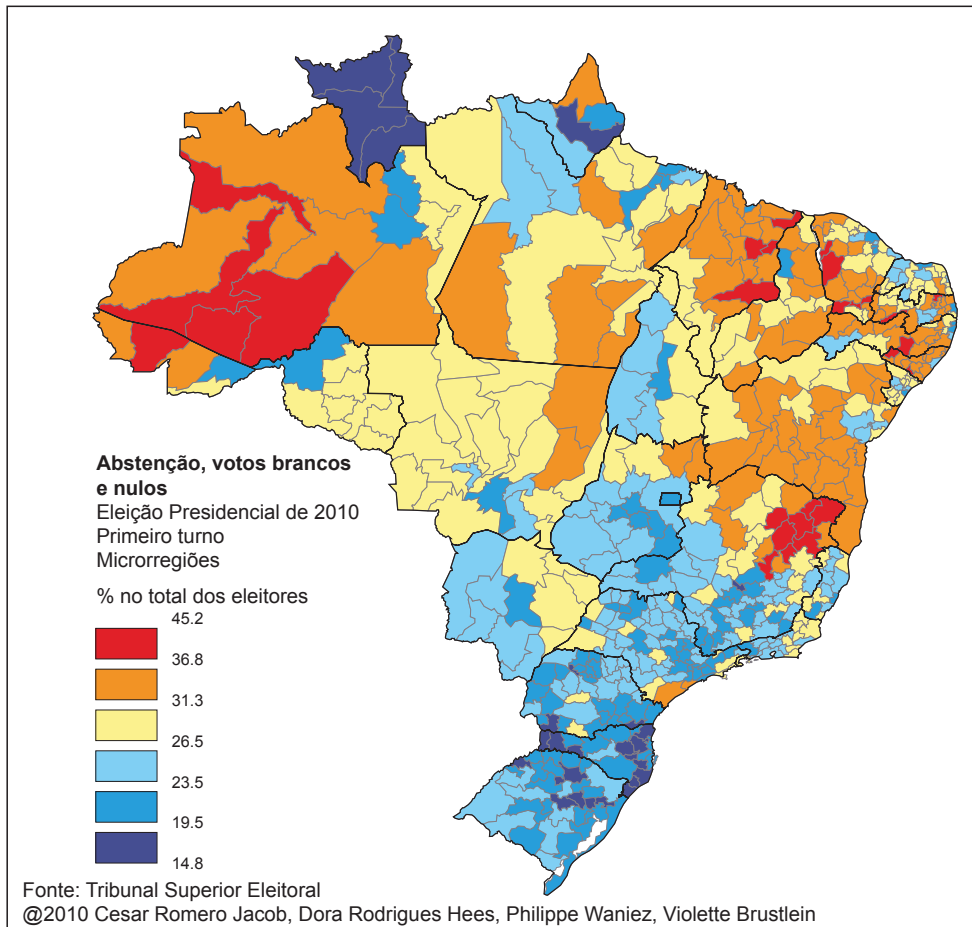


Fig. 07

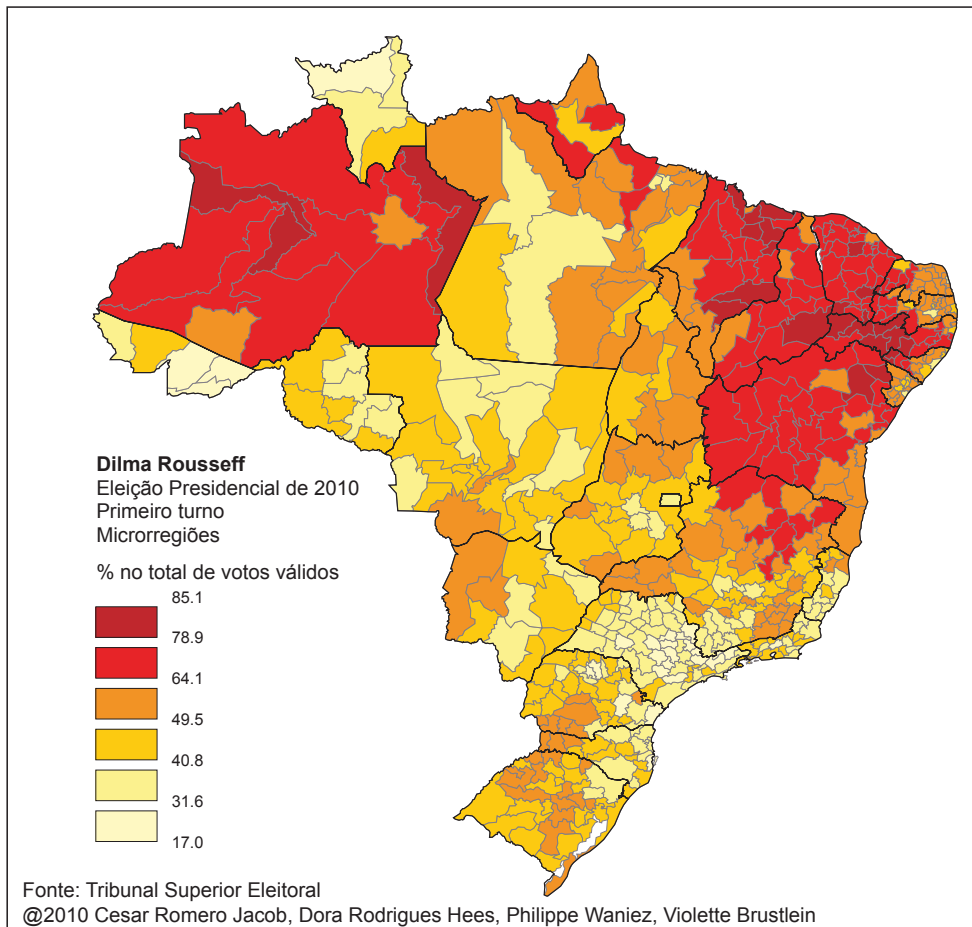


Fig. 08

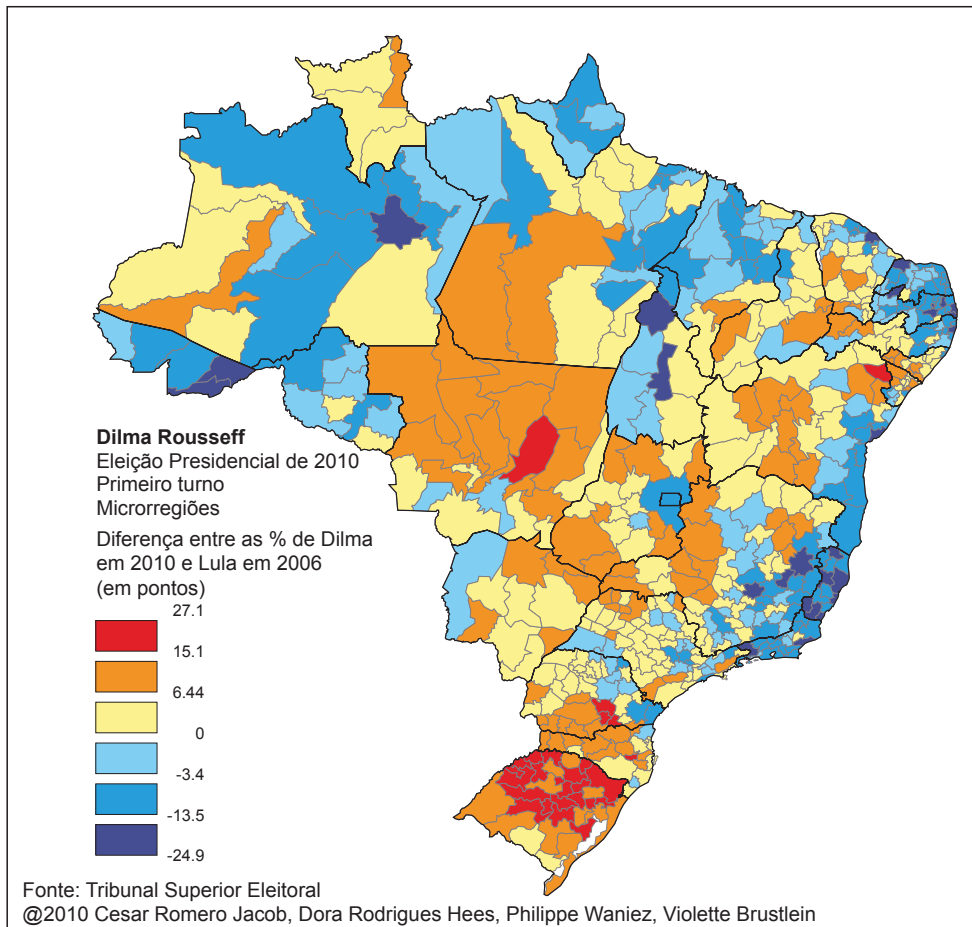


Fig. 09

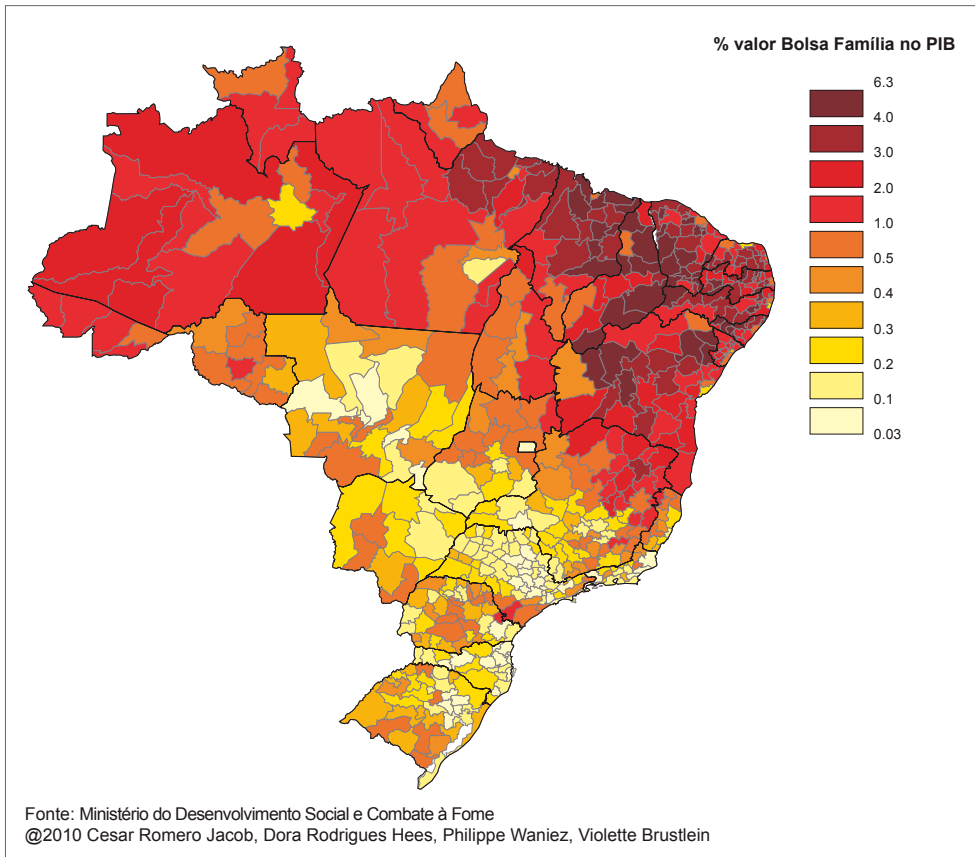


Fig. 10

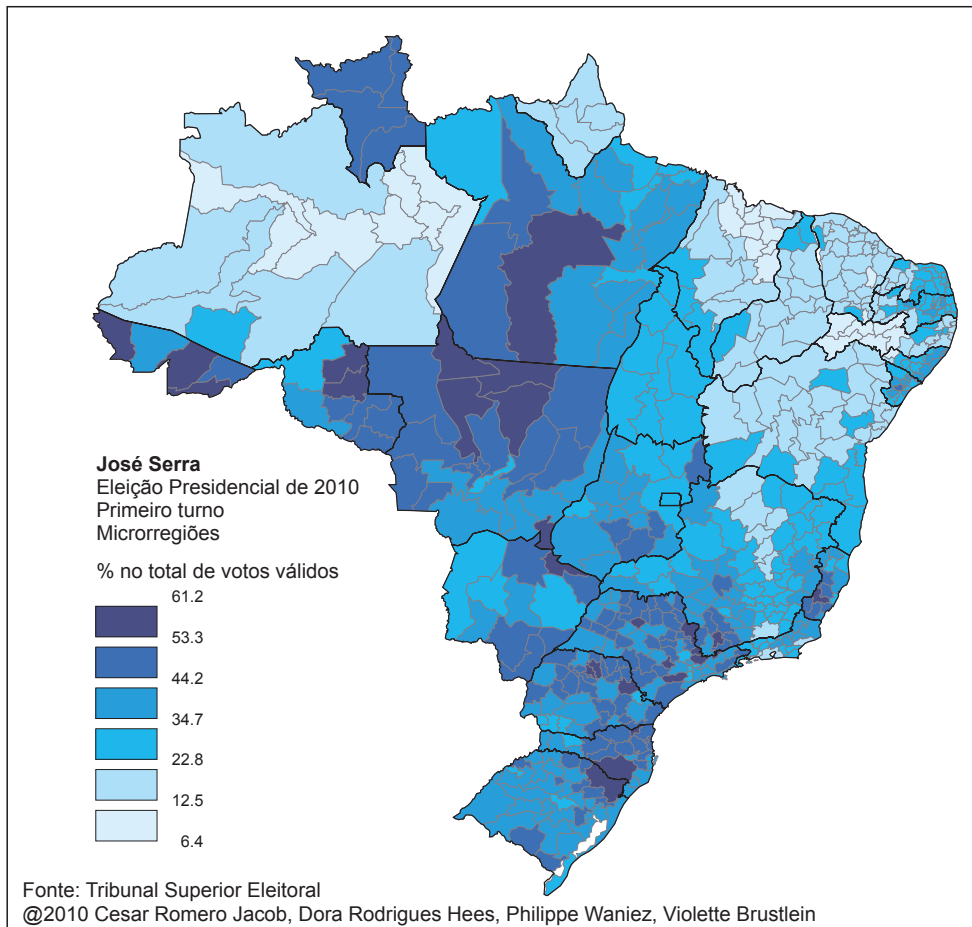


Fig. 11

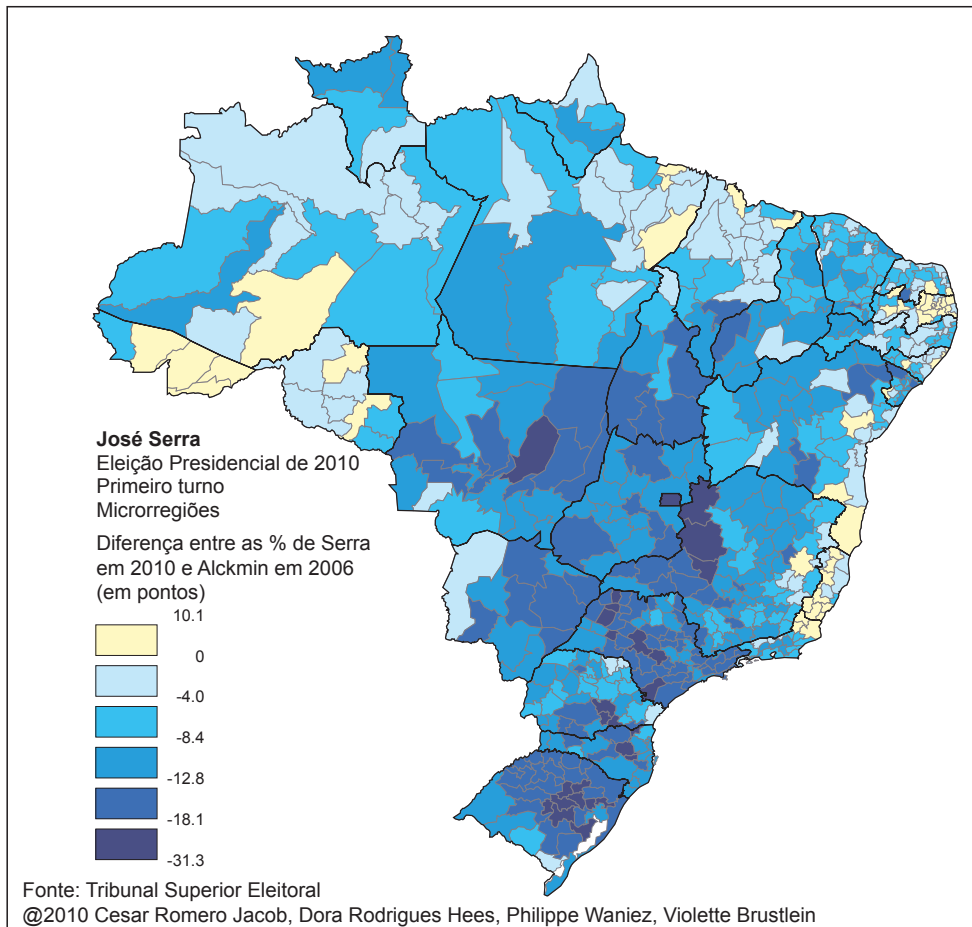


Fig. 12

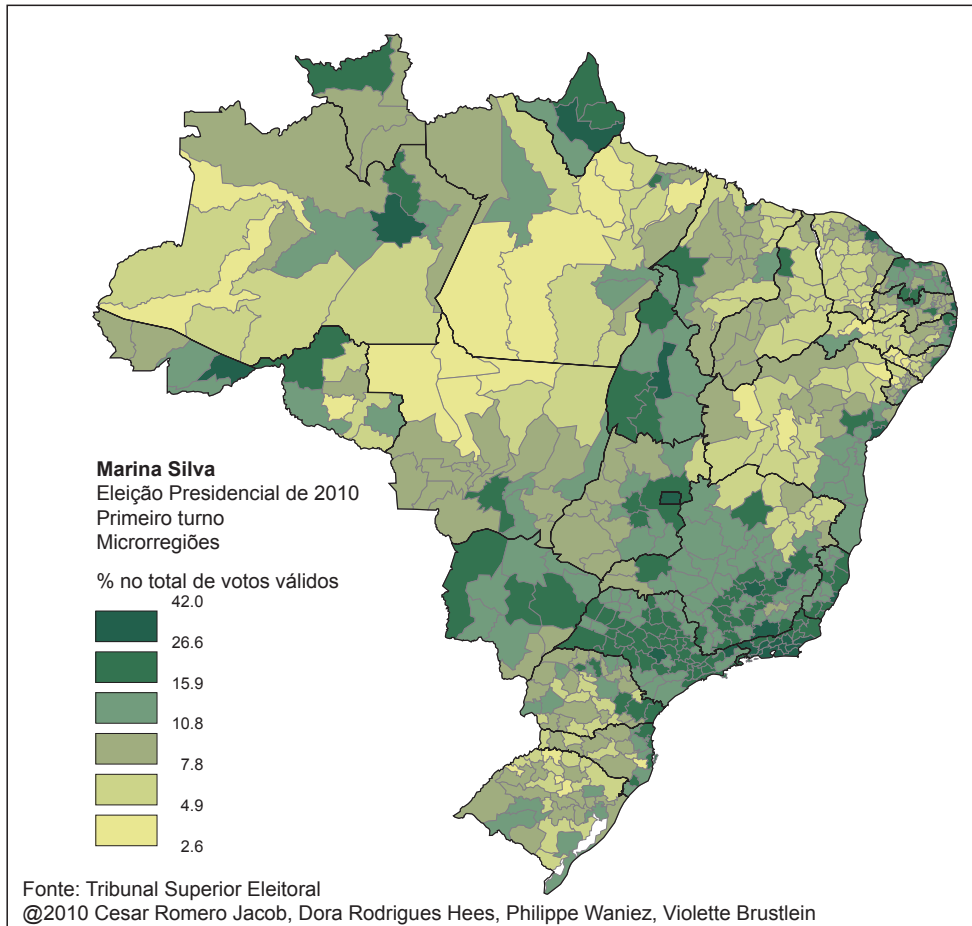


Fig. 13

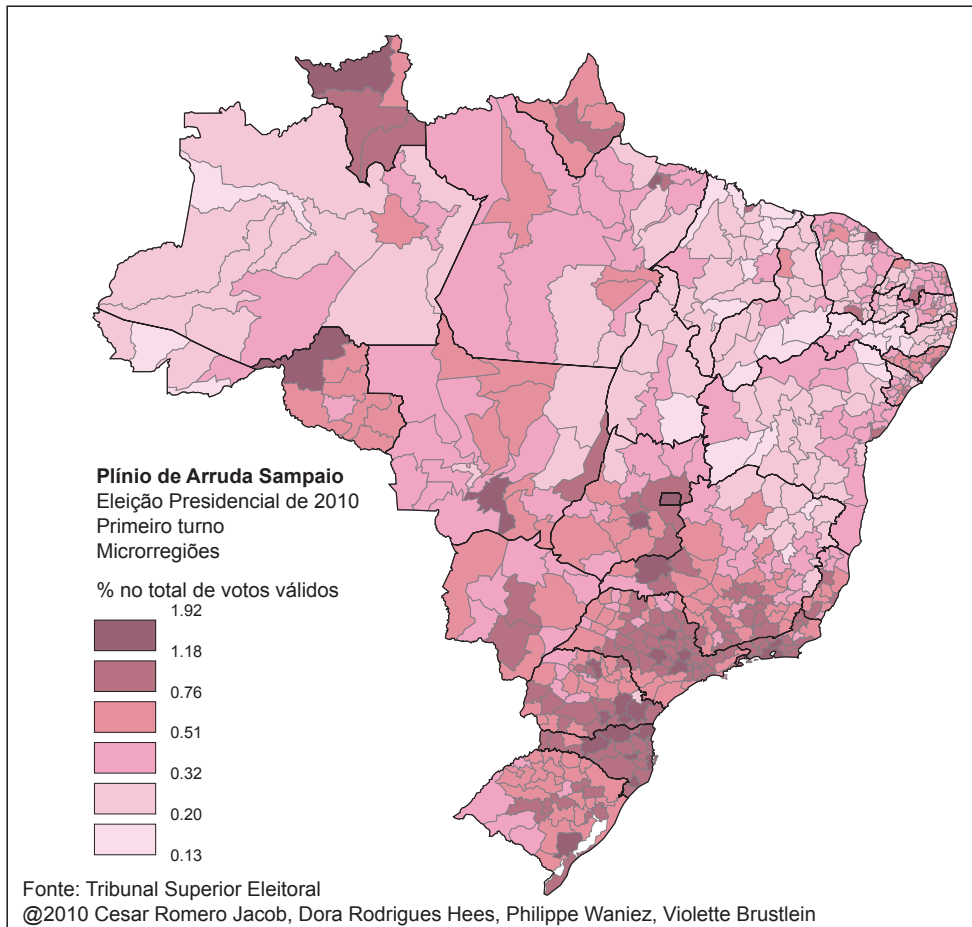


Fig. 14

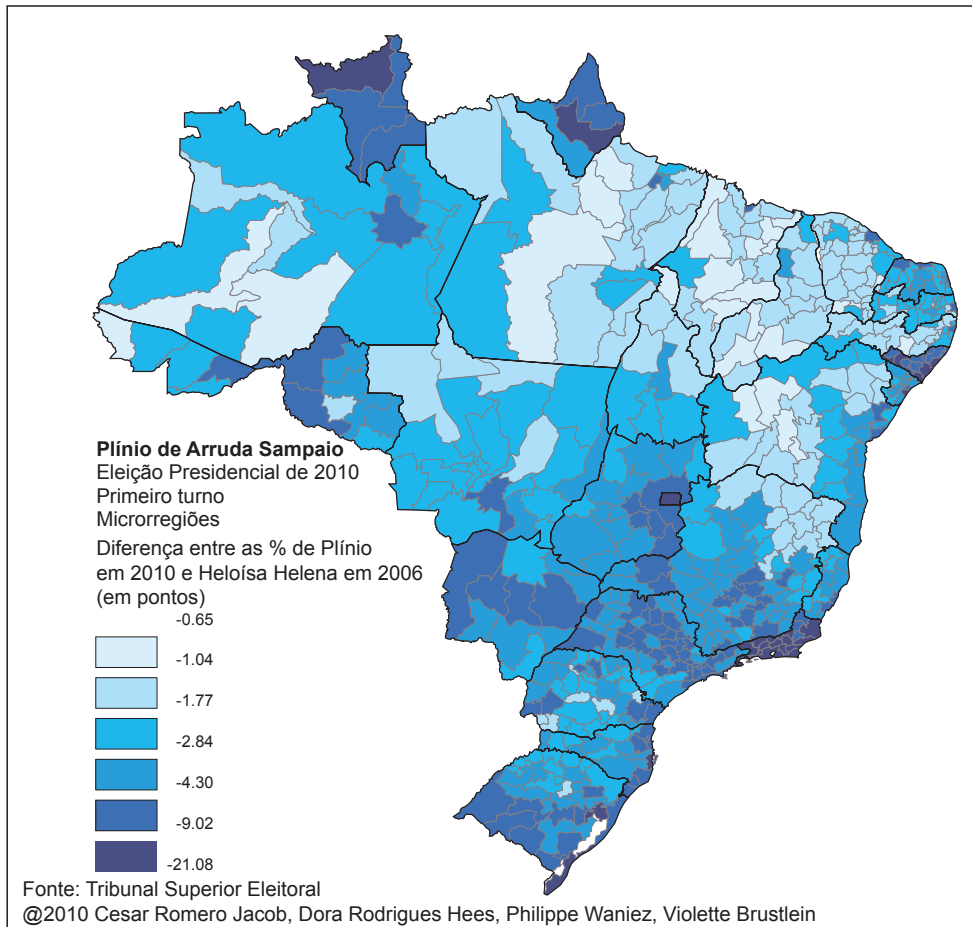


Fig. 15

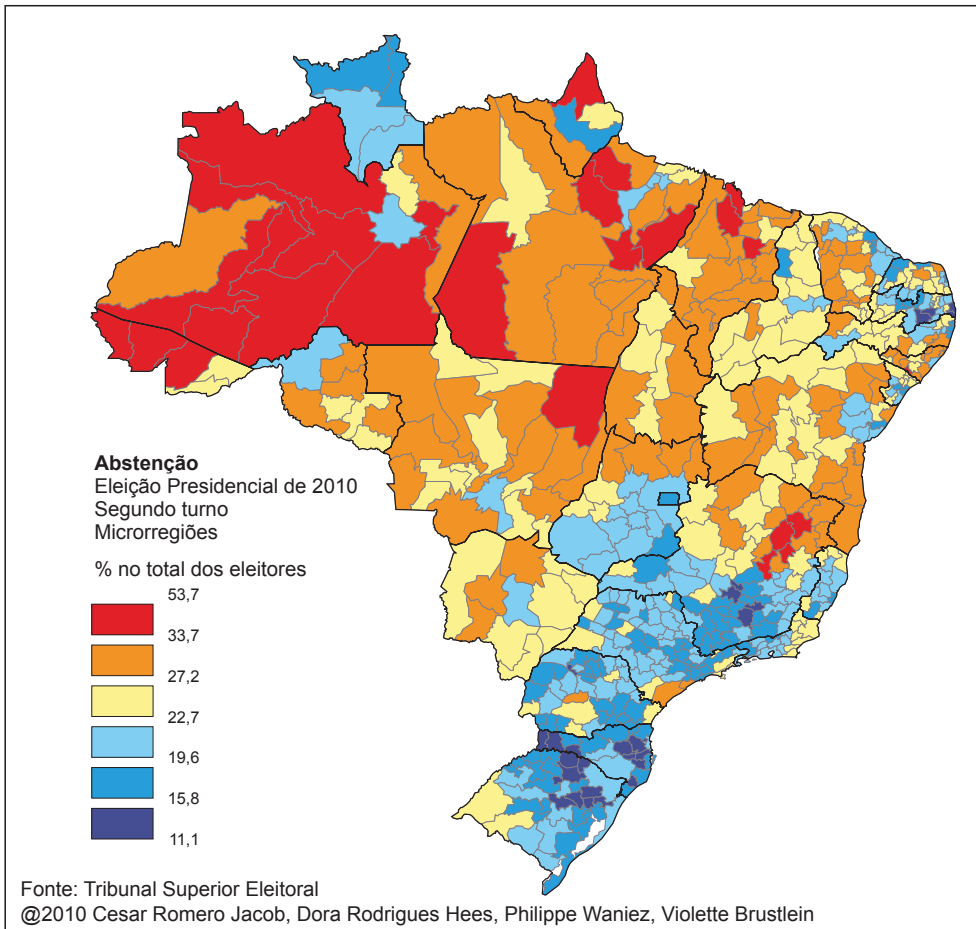


Fig. 16

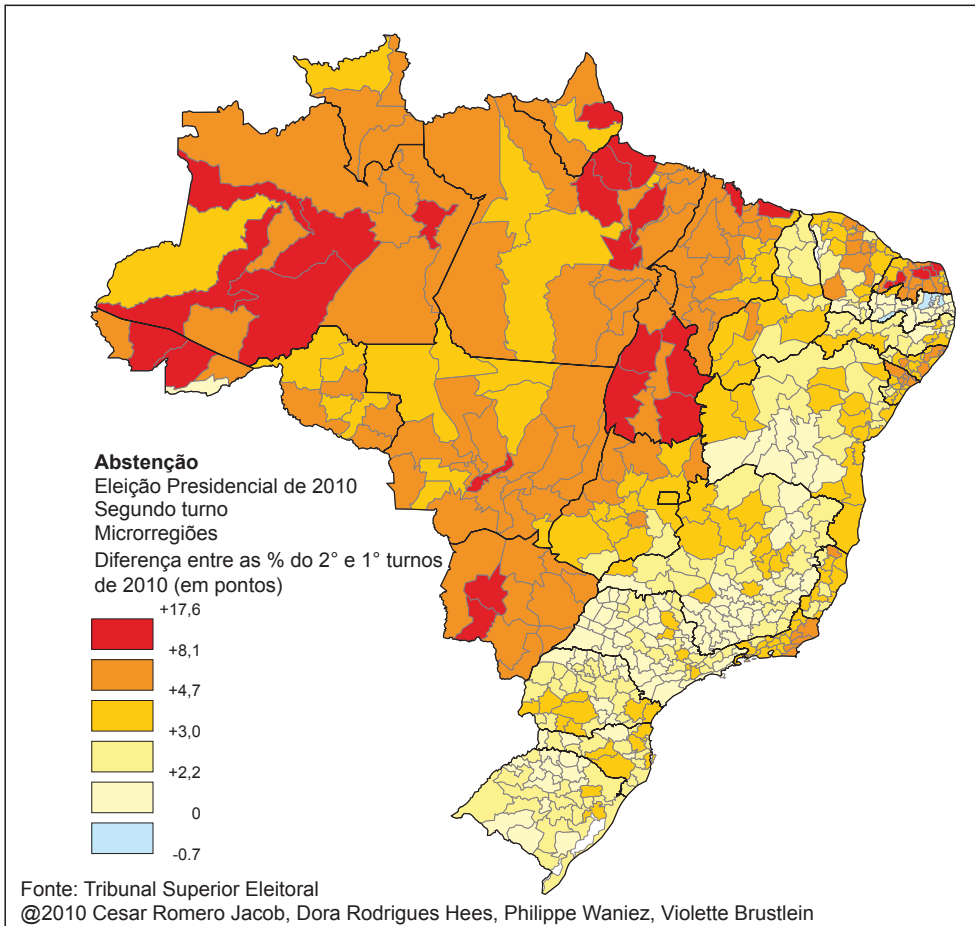


Fig. 17

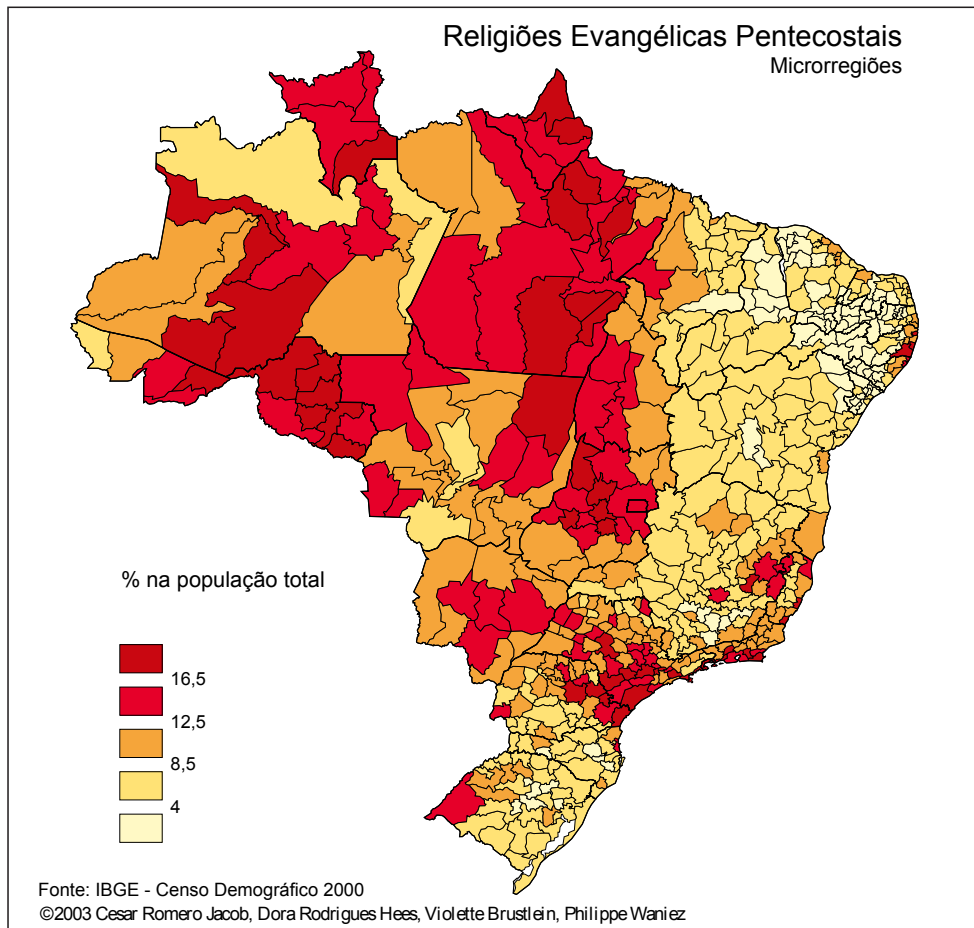


Fig. 18

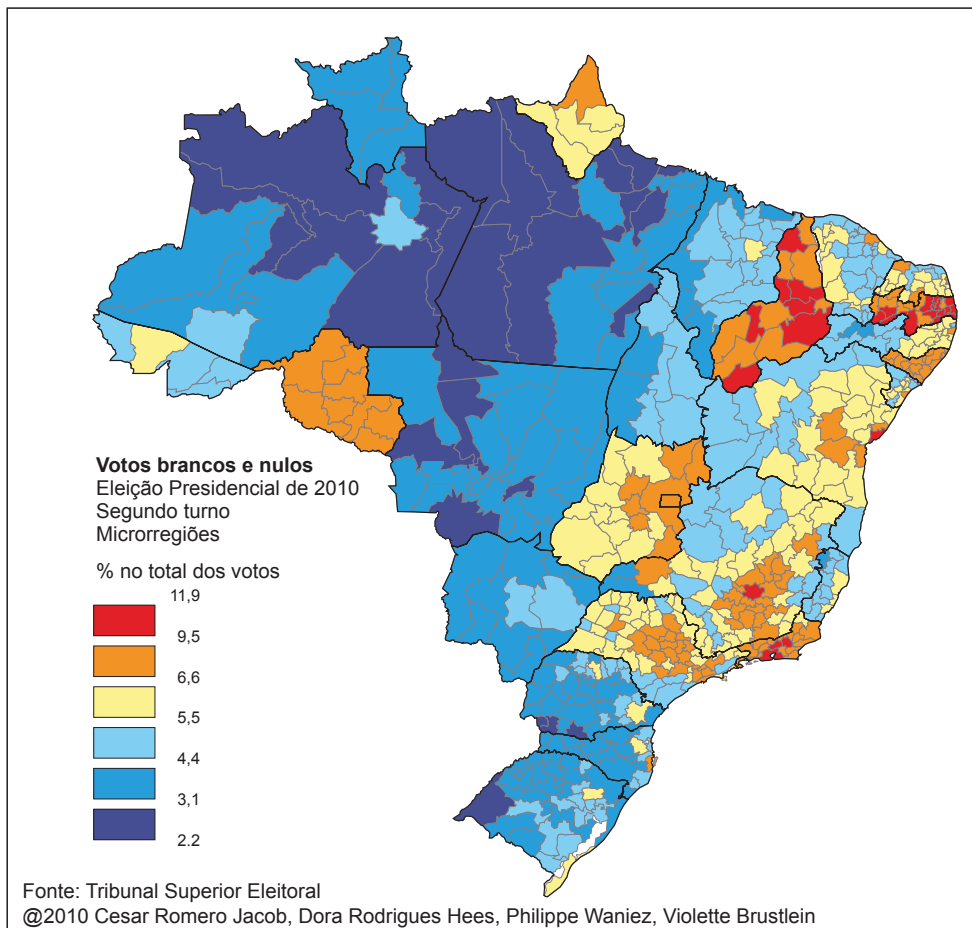


Fig. 19

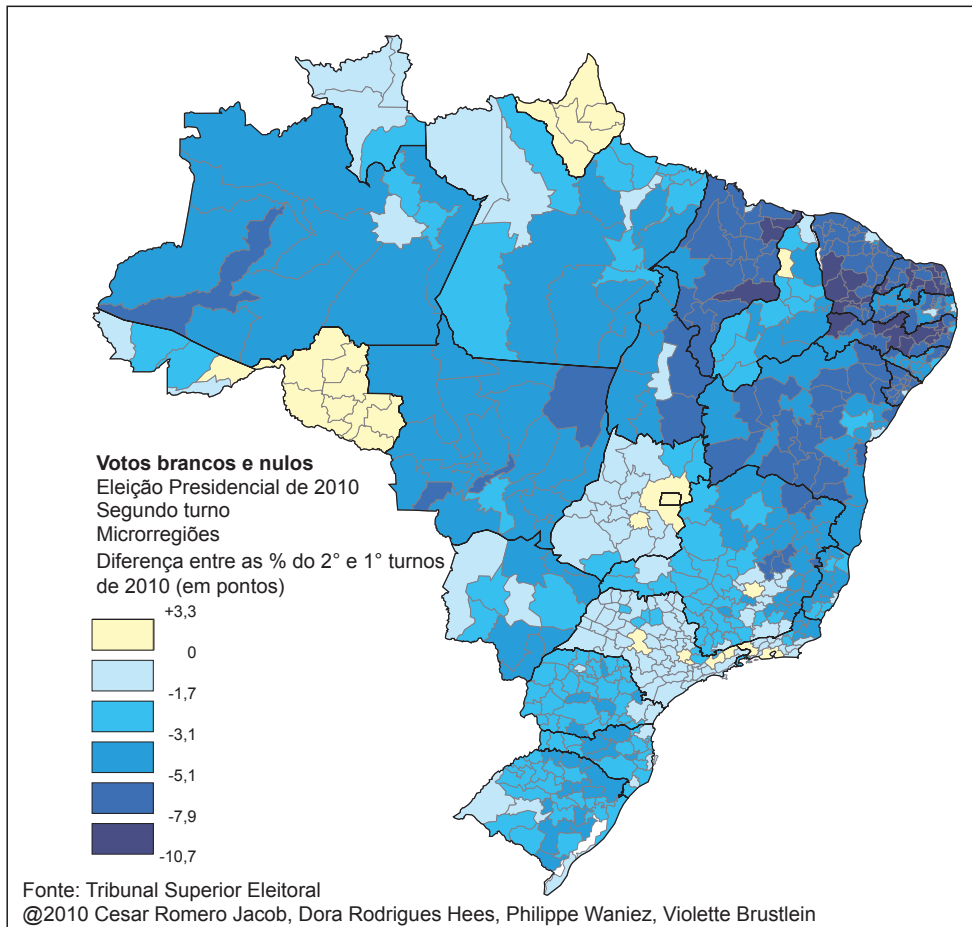


Fig. 20

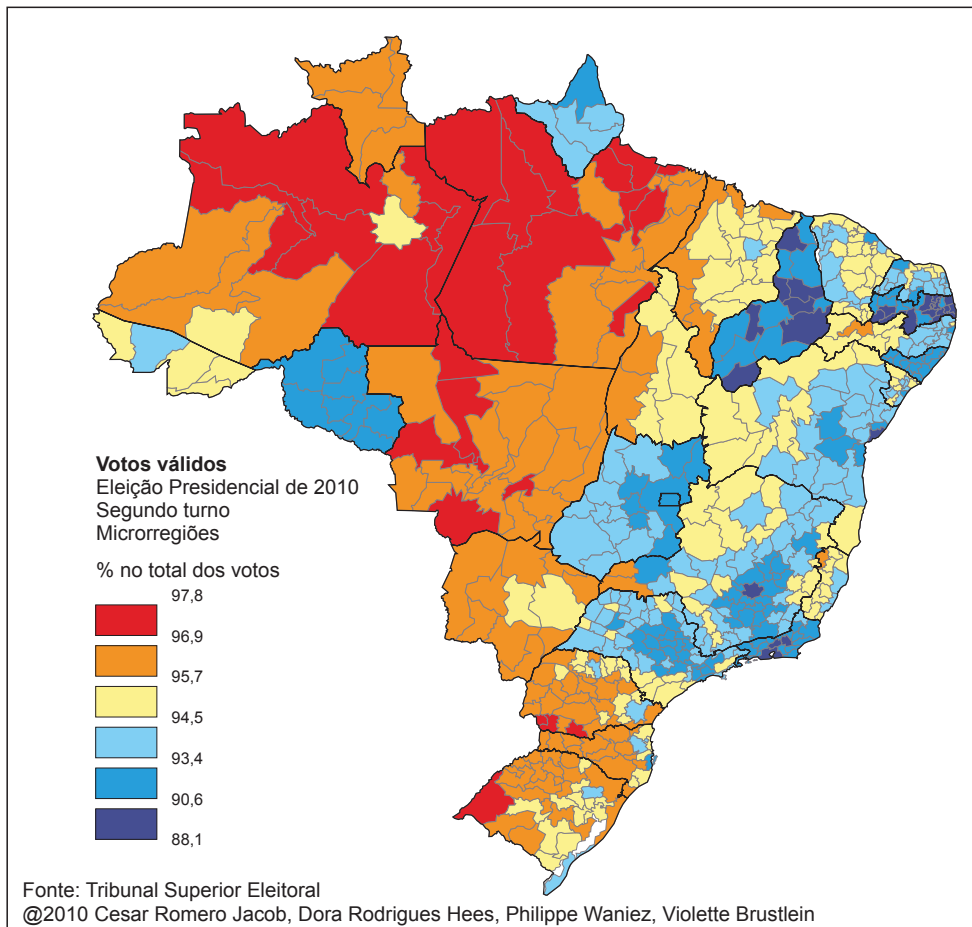


Fig. 21

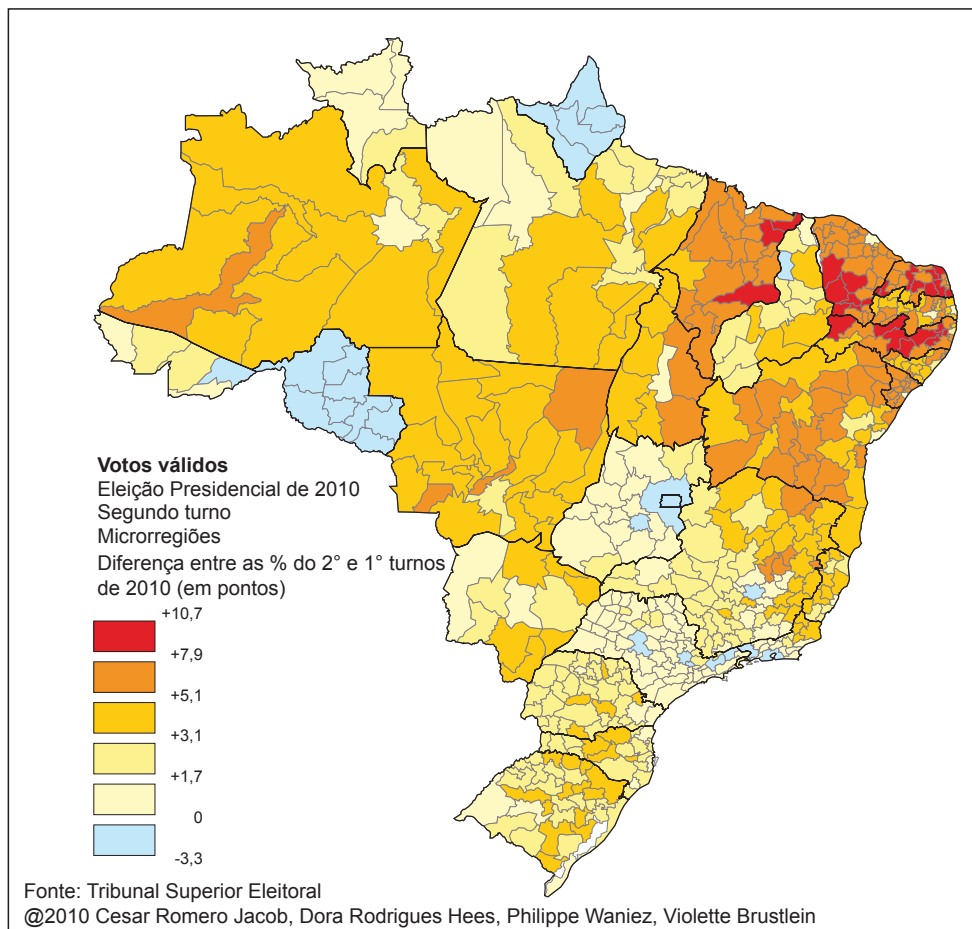


Fig. 22

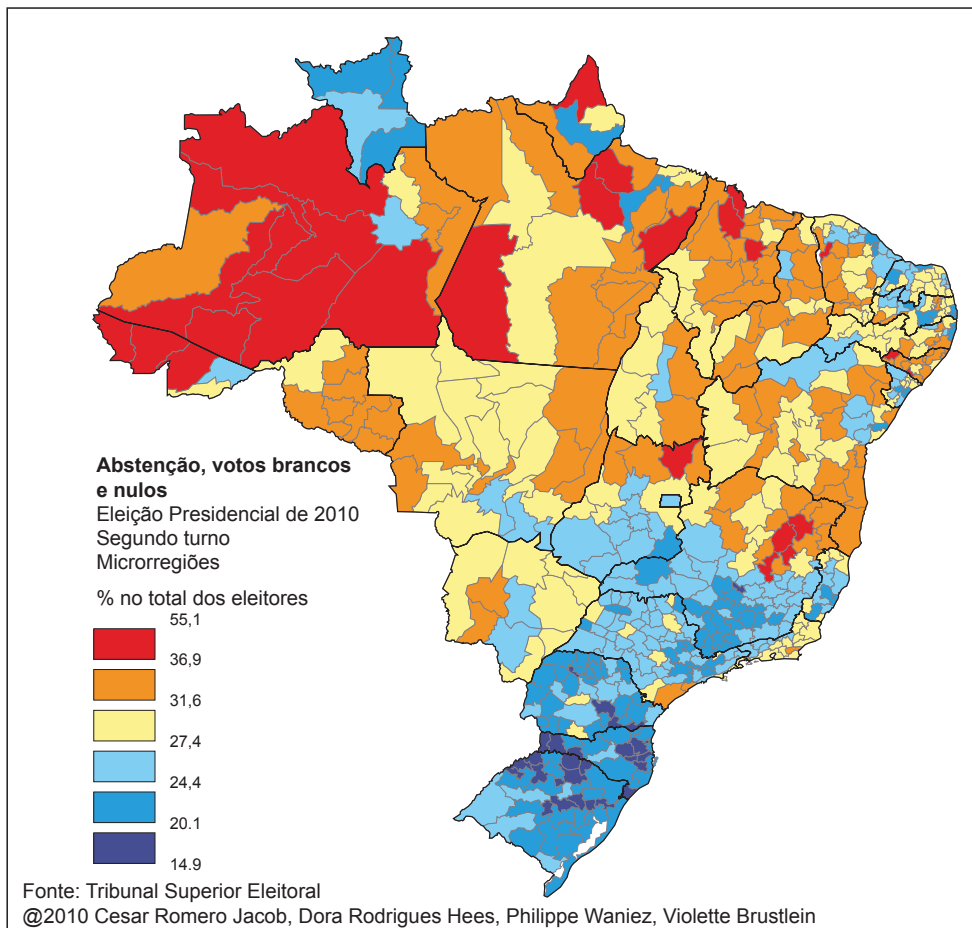


Fig. 23

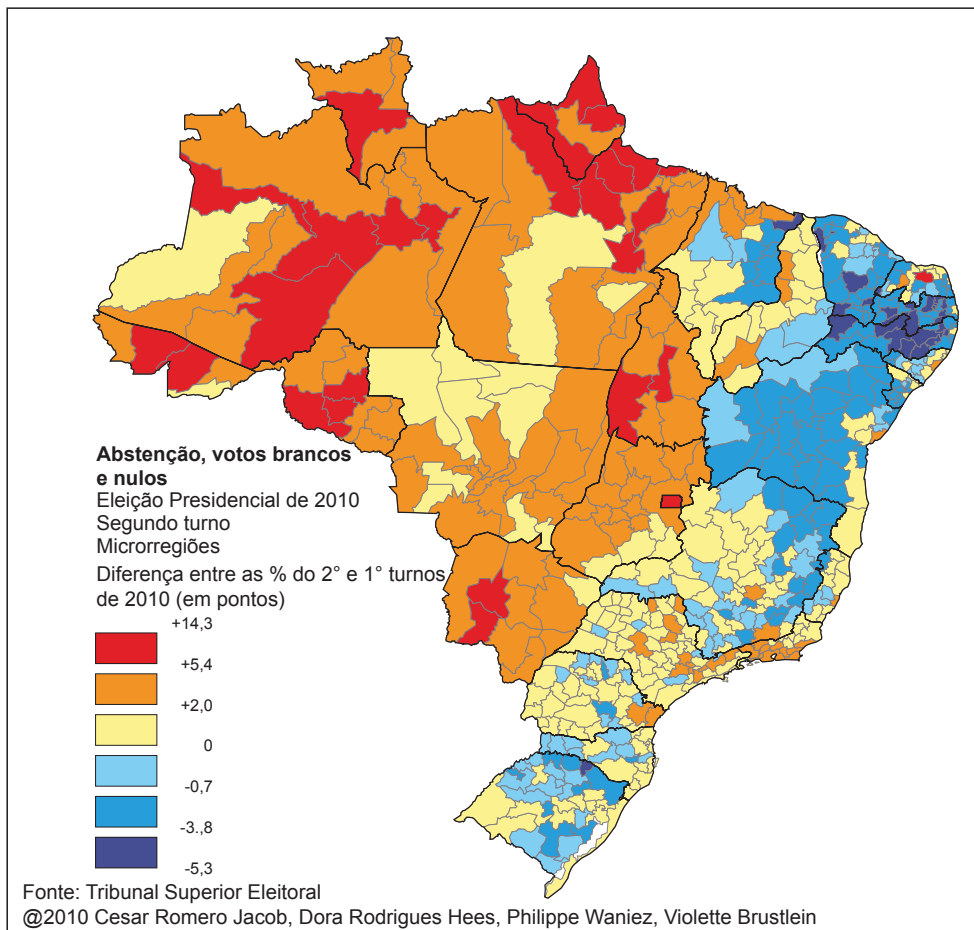


Fig. 24

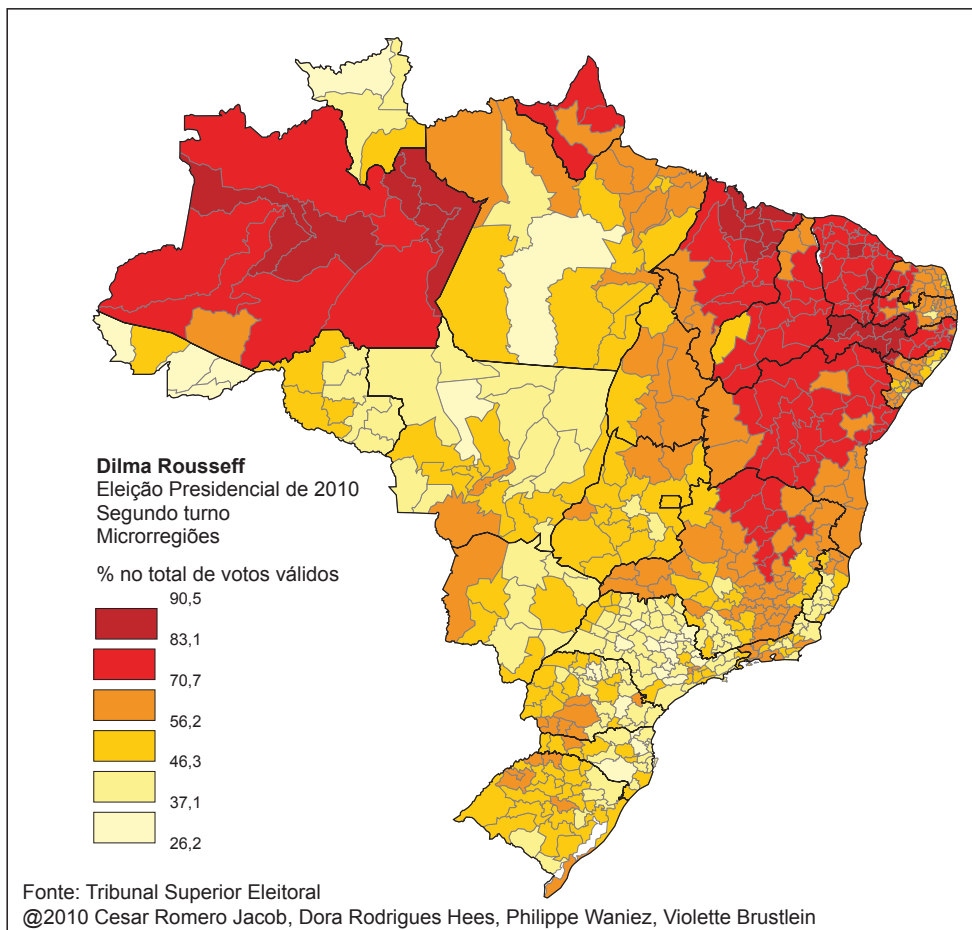


Fig. 25

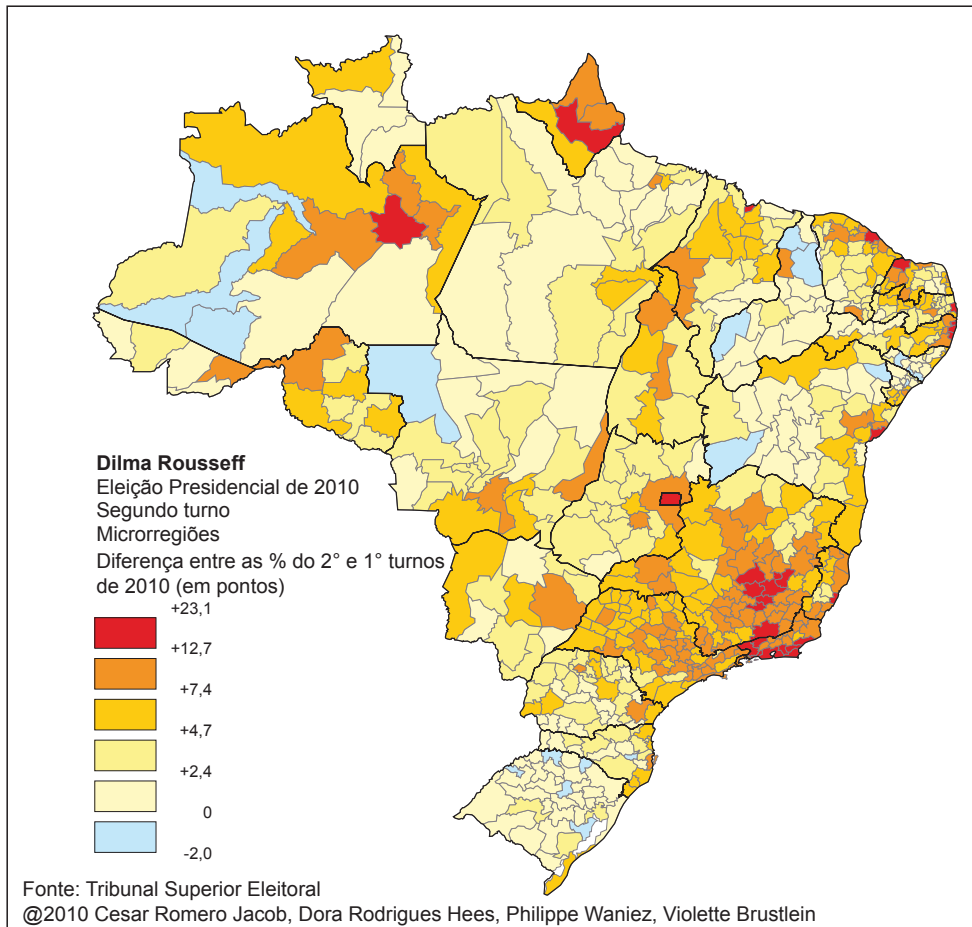


Fig. 26

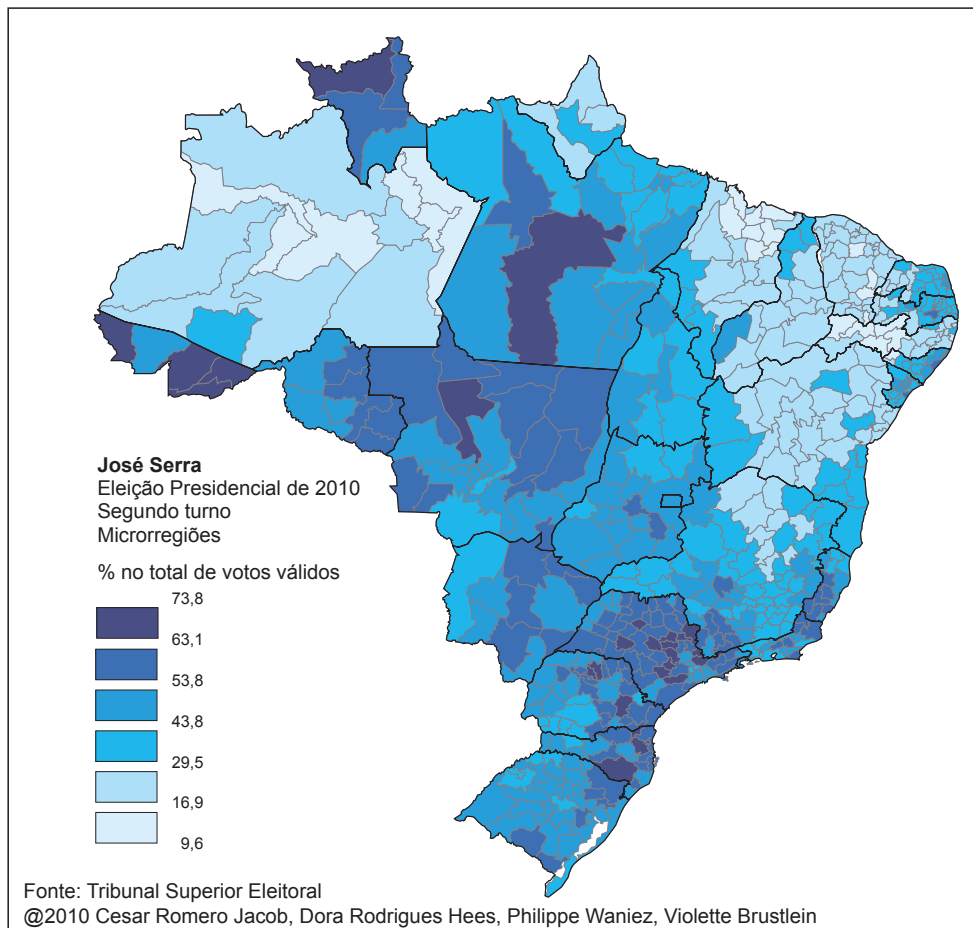


Fig. 27

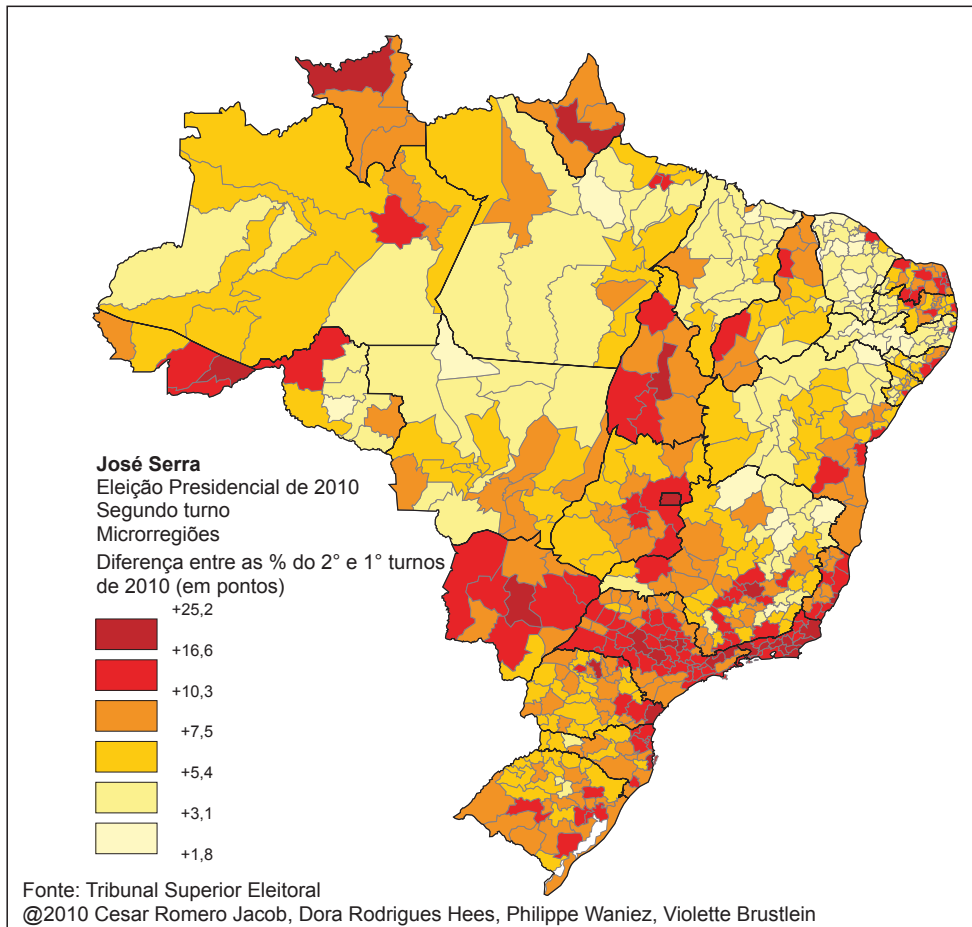


Fig. 28

